



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO XXIX PALMAS, SEGUNDA-FEIRA, 30 DE NOVEMBRO DE 2020.

Nº 3079



MESA DIRETORA

Presidente: Dep. Antonio Andrade (PTB)

1º Vice-Presidente: Dep. Eduardo do Dertins (Cidadania)

2º Vice-Presidente: Dep. Nilton Franco (MDB)

1º Secretário: Dep. Jorge Frederico (MDB)

2º Secretário: Dep. Cleiton Cardoso (PTC)

3º Secretário: Dep. Vanda Monteiro (PSL)

4º Secretário: Dep. Amália Santana (PT)

Palácio Deputado João D'Abreu - Praça dos Girassóis, s/n - Palmas - TO

Comissões Permanentes

Local das Reuniões: Plenarinho

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Reuniões às terças-feiras, às 14 horas.

| | |
|-------------------------------|--------------------------|
| MEMBROS EFETIVOS: | MEMBROS SUPLENTE: |
| Dep. Claudia Lelis | Dep. Amália Santana |
| Dep. Jair Farias - Vice-Pres. | Dep. Elenil da Penha |
| Dep. Ricardo Ayres - Pres. | Dep. Prof. Júnior Geo |
| Dep. Valdevez Castelo Branco | Dep. Olyntho Neto |
| Dep. Vanda Monteiro | Dep. Leo Barbosa |

COMISSÃO DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Reuniões às quartas-feiras, às 8 horas.

| | |
|-------------------------------|------------------------------|
| MEMBROS EFETIVOS: | MEMBROS SUPLENTE: |
| Dep. Amélio Cayres | Dep. Vilmar de Oliveira |
| Dep. Ivory de Lira | Dep. Prof. Júnior Geo |
| Dep. Issam Saado - Vice-Pres. | Dep. Zé Roberto Lula |
| Dep. Olyntho Neto | Dep. Valdevez Castelo Branco |
| Dep. Nilton Franco - Pres. | Dep. Jair Farias |

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL, COOPERATIVISMO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ECONOMIA

Reuniões às terças-feiras, às 11 horas.

| | |
|-----------------------------------|--------------------------|
| MEMBROS EFETIVOS: | MEMBROS SUPLENTE: |
| Dep. Jair Farias | Dep. Elenil da Penha |
| Dep. Zé Roberto Lula - Vice-Pres. | Dep. Issam Saado |
| Dep. Nilton Franco | Dep. Valdemar Júnior |
| Dep. Fabion Gomes - Pres. | Dep. Ricardo Ayres |
| Dep. Vilmar de Oliveira | Dep. Amélio Cayres |

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO, TRABALHO, DEFESA DO CONSUMIDOR, TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E SERVIÇO PÚBLICO

Reuniões às quartas-feiras, às 14 horas.

| | |
|------------------------------------|------------------------------|
| MEMBROS EFETIVOS: | MEMBROS SUPLENTE: |
| Dep. Elenil da Penha - Pres. | Dep. Valdemar Júnior |
| Dep. Prof. Júnior Geo - Vice-Pres. | Dep. Ricardo Ayres |
| Dep. Olyntho Neto | Dep. Valdevez Castelo Branco |
| Dep. Vilmar de Oliveira | Dep. Amélio Cayres |
| Dep. Zé Roberto Lula | Dep. Issam Saado |

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Reuniões às terças-feiras, às 11 horas.

| | |
|-------------------------------|--------------------------|
| MEMBROS EFETIVOS: | MEMBROS SUPLENTE: |
| Dep. Issam Saado | Dep. Amália Santana |
| Dep. Léo Barbosa - Vice-Pres. | Dep. Vanda Monteiro |
| Dep. Prof. Júnior Geo - Pres. | Dep. Fabion Gomes |
| Dep. Valdevez Castelo Branco | Dep. Luana Ribeiro |
| Dep. Valdemar Júnior | Dep. Eduardo S. Campos |

COMISSÃO DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

Reuniões às quintas-feiras, às 9 horas.

| | |
|--------------------------|--------------------------|
| MEMBROS EFETIVOS: | MEMBROS SUPLENTE: |
|--------------------------|--------------------------|

COMISSÃO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Reuniões às quintas-feiras, às 8 horas.

| | |
|--------------------------------------|--------------------------|
| MEMBROS EFETIVOS: | MEMBROS SUPLENTE: |
| Dep. Eduardo do Dertins | Dep. Ivory de Lira |
| Dep. Elenil da Penha | Dep. Nilton Franco |
| Dep. Issam Saado | Dep. Zé Roberto Lula |
| Dep. Léo Barbosa - Vice-Pres. | Dep. Vanda Monteiro |
| Dep. Valdevez Castelo Branco - Pres. | Dep. Olyntho Neto |

COMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões às quintas-feiras, às 14 horas.

| | |
|----------------------------------|------------------------------|
| MEMBROS EFETIVOS: | MEMBROS SUPLENTE: |
| Dep. Luana Ribeiro - Pres. | Dep. Valdevez Castelo Branco |
| Dep. Cláudia Lelis | Dep. Amália Santana |
| Dep. Eduardo Siqueira Campos | Dep. Valdemar Júnior |
| Dep. Prof. Júnior Geo | Dep. Fabion Gomes |
| Dep. Vanda Monteiro - Vice-Pres. | Dep. Leo Barbosa |

COMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO E ESTUDOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE

Reuniões às quintas-feiras, às 17 horas.

| | |
|---------------------------------|------------------------------|
| MEMBROS EFETIVOS: | MEMBROS SUPLENTE: |
| Dep. Luana Ribeiro | Dep. Olyntho Neto |
| Dep. Léo Barbosa - Pres | Dep. Vilmar de Oliveira |
| Dep. Ricardo Ayres - Vice-Pres. | Dep. Ivory de Lira |
| Dep. Valdemar Júnior | Dep. Eduardo Siqueira Campos |
| Dep. Zé Roberto Lula | Dep. Claudia Lelis |

COMISSÃO PERMANENTE DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

Reuniões às quintas-feiras, às 16 horas.

| | |
|----------------------------------|------------------------------|
| MEMBROS EFETIVOS: | MEMBROS SUPLENTE: |
| Dep. Amália Santana - Pres. | Dep. Claudia Lelis |
| Dep. Ivory de Lira | Dep. Eduardo do Dertins |
| Dep. Luana Ribeiro | Dep. Valdevez Castelo Branco |
| Dep. Nilton Franco | Dep. Eduardo Siqueira Campos |
| Dep. Vanda Monteiro - Vice-Pres. | Dep. Amélio Cayres |

COMISSÃO DE MINAS, ENERGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO

Reuniões às terças-feiras, às 10 horas.

| | |
|--------------------------------------|--------------------------|
| MEMBROS EFETIVOS: | MEMBROS SUPLENTE: |
| Dep. Claudia Lelis - Pres. | Dep. Issam Saado |
| Dep. Eduardo do Dertins - Vice-Pres. | Dep. Prof. Júnior Geo |
| Dep. Jair Farias | Dep. Valdemar Júnior |
| Dep. Ricardo Ayres | Dep. Fabion Gomes |
| Dep. Vilmar de Oliveira | Dep. Amélio Cayres |

COMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS INDÍGENAS, QUILOMBOLAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Reuniões às às horas.

| | |
|--------------------------|--------------------------|
| MEMBROS EFETIVOS: | MEMBROS SUPLENTE: |
|--------------------------|--------------------------|

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

Responsável: Diretoria de Área Legislativa

Publicado pela Coordenadoria de Publicações Oficiais da Diretoria

de Documentação e Informação

Palácio Dep. João D'Abreu, Praça dos Girassóis, s/n - Palmas - TO

CEP 77003-905

Atos Legislativos

Atas das Sessões Plenárias

9ª Legislatura, 2ª Sessão Legislativa
11 de março de 2020

Ata da Centésima Sexagésima Quinta Sessão Ordinária

Às nove horas do dia onze do mês de março do ano de dois mil e vinte, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Jorge Frederico, secretariado pelos Senhores Deputados Fabion Gomes, Primeiro-Secretário e Ivory de Lira, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocaninense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Amélio Cayres, Eduardo do Dertins, Elenil da Penha, Fabion Gomes, Ivory de Lira, Nilton Franco, Professor Júnior Geo, Zé Roberto Lula e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Luana Ribeiro, Valderez Castelo Branco e Vanda Monteiro. Estavam ausentes os Senhores Deputados Antonio Andrade, Cleiton Cardoso, Eduardo Siqueira Campos, Issam Saado, Jair Farias, Léo Barbosa, Olyntho Neto, Ricardo Ayres, Valdemar Júnior, Vilmar de Oliveira e a Senhora Deputada Claudia Lelis. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, por falta de quórum, em Plenário, transferiu a deliberação das Atas das Sessões anteriores para a Sessão subsequente. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Projeto de Lei número 23/2020, de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação do Grupo de Produtores Rurais da Região Pimenta do P. A. Santo Onofre – Asprop”; Projeto de Lei número 24/2020, de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa, que “torna obrigatória a disponibilidade de mesas e cadeiras em shoppings centers e centros comerciais, nas áreas de alimentação, para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida”; Projeto de Lei número 38/2020, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Desembargador Federal João Batista Moreira”; Projeto de Lei número 39/2020, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Juiz Federal Marcelo Velasco Nascimento Albernaz”; Projeto de Lei número 40/2020, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto, que “concede Título de Cidadão Tocantinense à Senhora Desembargadora Federal Daniele Maranhão Costa”; Projeto de Lei número 41/2020, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Ministro Reynaldo Soares Fonseca”; Projeto de Lei número 42/2020, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto, que “concede Título de Cidadão Tocantinense à Senhora Ministra Assusete Dumont Reis Magalhães”; Projeto de Lei número 43/2020, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto, que “concede Título de Cidadão Tocantinense à Senhora Ministra Maria Isabel Diniz Galloti Rodrigues”; Projeto de Lei número 45/2020, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo, que “institui a Semana Estadual de Combate ao Bullying e ao Cyberbullying”; Projeto de Lei número 46/2020, de autoria do Senhor Deputado Issam Saado, que “altera o Lei número 3.530, de 14 de agosto de 2019, que institui o Código Estadual de Proteção aos Animais no âmbito do Estado

do Tocantins”; Projeto de Lei número 47/2020, de autoria do Senhor Deputado Issam Saado, que “proíbe a prática de brigas (rinhas) de cães e galos no Estado do Tocantins e dá outras providências”; Projeto de Lei número 48/2020, de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa, que “institui o Programa Estadual de Segurança Aquática e dá outras providências”; Projeto de Lei número 49/2020, de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa, que “dispõe sobre a proibição de empresas concorrerem processos licitatórios quando possuírem diferença salarial por motivo de sexo, no âmbito da Administração Direta e Indireta do Estado do Tocantins”; Ofício oriundo da Agência Tocantinense de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos do Estado do Tocantins – ATR, em resposta a Requerimento de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro; e Ofícios oriundos da Secretaria da Saúde, comunicando a celebração de prorrogação de convênios com diversos municípios. Na Apresentação de Matérias, foram entregues os Requerimentos que receberam os números 571 a 590. No horário destinado às Comunicações, usaram a tribuna os Senhores Deputados Professor Júnior Geo e Elenil da Penha. Logo após, o Senhor Presidente, por falta de quórum em Plenário, transferiu a deliberação da Ordem do Dia para a Sessão subsequente. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Discussões Parlamentares, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dez horas e trinta e cinco minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário

9ª Legislatura, 2ª Sessão Legislativa
11 de março de 2020

Ata da Centésima Sexagésima Sexta Sessão Ordinária

Às quinze horas do dia onze do mês de março do ano de dois mil e vinte, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Fabion Gomes, que, por falta de quórum, em Plenário, deixou de abrir a Sessão, transferindo a Ordem do Dia para a Sessão subsequente e convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Estavam presentes os Senhores Deputados Amélio Cayres, Elenil da Penha, Ivory de Lira, Jorge Frederico, Léo Barbosa e as Senhoras Deputadas Amália Santana, Valderez Castelo Branco e Vanda Monteiro. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário

9ª Legislatura, 2ª Sessão Legislativa
12 de março de 2020

Ata da Centésima Sexagésima Sétima Sessão Ordinária

Às nove horas do dia doze do mês de março do ano de dois mil e vinte, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Antonio Andrade, secretariado pelos Senhores Deputados Jorge Frederico, Primeiro-Secretário e Ivory de Lira, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocaninense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Cleiton Cardoso, Eduardo do Dertins, Elenil da Penha, Fabion Gomes, Ivory de Lira, Jorge Frederico, Léo Barbosa, Nilton Franco, Olyntho Neto, Professor Júnior Geo, Ricardo Ayres, Valdemar Júnior, Vilmar de Oliveira, Zé Roberto Lula e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Claudia Lelis,

Valderez Castelo Branco e Vanda Monteiro. Estavam ausentes os Senhores Deputados Amélio Cayres, Eduardo Siqueira Campos, Issam Saad, Jair Farias e a Senhora Deputada Luana Ribeiro. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, nos termos do art. 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, submeteu a Ata da Sessão anterior à apreciação do Plenário, a qual foi aprovada. Em seguida, foi lido e despachado o Expediente: Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins número 67/2019, referente à Prestação de Contas do Governo do ano de 2018. Na Apresentação de Matérias, foram entregues os Projetos de Lei que receberam os números 54/2020, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro; 55 e 56/2020, de autoria do Senhor Deputado Nilton Franco; e os Requerimentos que receberam os números 591 a 610. Logo após, foram aprovadas as urgências do Projeto de Lei que recebeu o número 54/2020, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro; e os Requerimentos que receberam os números 585, 586, 592 e 593, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo; e 594, 595 e 596, de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa. Em seguida, o Senhor Presidente determinou que se fizesse a Verificação de Quórum. Estavam presentes os Senhores Deputados Jorge Frederico, Zé Roberto Lula, Elenil da Penha, Nilton Franco, Ivory de Lira, Ricardo Ayres, Valdemar Júnior, Antonio Andrade, Fabion Gomes, Léo Barbosa, Professor Júnior Geo, Olyntho Neto, Vilmar de Oliveira e as Senhoras Deputadas Amália Santana, Valderez Castelo Branco e Vanda Monteiro. No horário destinado às Comunicações, usaram a tribuna os Senhores Deputados Zé Roberto Lula, Elenil da Penha, Professor Júnior Geo e Olyntho Neto. Logo após, assumiu a Segunda-Secretaria o Senhor Deputado Elenil da Penha. Em seguida, o Senhor Presidente, por falta de quórum, transferiu a deliberação da Ordem do Dia para a Sessão subsequente. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Discussões Parlamentares, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dez horas e trinta e dois minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário

9ª Legislatura, 2ª Sessão Legislativa

14 de abril de 2020

Ata da Centésima Sexagésima Oitava Sessão Ordinária

Às nove horas do dia catorze do mês de abril do ano de dois mil e vinte, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Antonio Andrade, secretariado pelo Senhor Deputado Jorge Frederico, Primeiro-Secretário e pela Senhora Deputada Vanda Monteiro, Segunda-Secretária. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Amélio Cayres, Eduardo do Dertins, Eduardo Siqueira Campos, Elenil da Penha, Fabion Gomes, Gleydson Nato, Issam Saado, Ivory de Lira, Jair Farias, Jorge Frederico, Léo Barbosa, Nilton Franco, Olyntho Neto, Professor Júnior Geo, Ricardo Ayres, Valdemar Júnior, Vilmar de Oliveira, Zé Roberto Lula e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Cláudia Lelis, Luana Ribeiro, Valderez Castelo Branco e Vanda Monteiro. Encontra-se licenciado o Senhor Deputado Cleiton Cardoso. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, nos termos do art. 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, submeteu a Ata da Sessão anterior à apreciação do Plenário, a qual foi aprovada. Em seguida,

foram lidos e despachados os Expedientes: Mensagem número 22/2020, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando a Medida Provisória número 7, de 24 de março de 2020, que “Veda a interrupção de fornecimento de água e energia elétrica, por inadimplemento no âmbito do Estado do Tocantins, pelo prazo que especifica, e adota outra providência”; Mensagem número 23/2020, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando a Medida Provisória número 8, de 24 de março de 2020, que “altera o art. 1º da Lei número 954, de 3 de março de 1998, que institui o Fundo Especial de Modernização e Aprimoramento do Poder Judiciário (Funjuris-TO)”; Mensagem número 24/2020, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando a Medida Provisória número 9, de 30 de março de 2020, que “autoriza a concessão das rodovias estaduais que especifica, e adota outras providências”; Mensagem número 25/2020, de autoria do Senhor Governador, encaminhando o Substitutivo à Medida Provisória número 30/2019, que “dispõe sobre a instituição do Programa de Parcerias Público-Privadas do Estado do Tocantins – Programa PPP-Tocantins”; Projeto de Lei número 44/2020, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Apoio do Colégio Estadual Adjúlio Bathazar”; e Ofícios oriundos das Prefeituras Municipais: Aliança do Tocantins, Angico, Araguaia, Araguaína, Bandeirantes, Dois Irmãos, Nazaré, Lajeado, Palmeirópolis, Pium, Ponte Alta do Bom Jesus, Santa Maria do Tocantins, Santa Tereza do Tocantins, Sucupira e Taguatinga, solicitando o reconhecimento, para os devidos fins do art. 65 da Lei Complementar número 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública. Logo após, assumiu a Segunda-Secretaria o Senhor Deputado Ivory de Lira. Na Apresentação de Matérias, foram entregues os Projetos de Lei que receberam os números 21/2020, de autoria do Senhor Deputado Vilmar de Oliveira; 62, 63, 64 e 65/2020, de autoria do Senhor Deputado Zé Roberto Lula; 66/2020, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro; 67/2020, de autoria do Senhor Deputado Issam Saado; 68, 69, 70, 71, 72, 73 e 83/2020, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres; 74/2020, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto; 75/2020, de autoria do Senhor Deputado Antonio Andrade; 76/2020, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo; 77/2020, de autoria da Senhora Deputada Amália Santana; 78 e 82/2020, de autoria da Senhora Deputada Cláudia Lelis; e os Requerimentos que receberam os números 640 a 680. Em seguida, o Senhor Presidente avocou e determinou a inclusão da Medida Provisória número 1, de 22 de janeiro de 2020, que “altera a Lei número 2.409, de 16 de novembro de 2010, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Tocantins”, na Ordem do Dia, desta Sessão, conforme art. 76 combinado com o inciso I, do art. 71 e art. 77, do Regimento Interno desta Casa de Leis. Logo após, foram aprovadas as urgências dos Projetos de Lei que receberam os números 61/2020, de autoria do Senhor Deputado Vilmar de Oliveira; 66/2020, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro; 67/2020, de autoria do Senhor Deputado Issam Saado; e o Requerimento que recebeu o número 641, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico. No horário destinado às Comunicações, usou a tribuna o Senhor Deputado Zé Roberto Lula e a Senhora Deputada Amália Santana. Na deliberação da Ordem do Dia, foi anunciada em turno único de discussão e votação, a Medida Provisória, número 1/2020, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “altera a Lei número 2.409, de 16 de novembro de 2010, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Tocantins”, a qual, votada, foi aprovada. O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, promulga a Lei número 3.658, de 14 de abril de 2020. À Secreta-

ria para comunicar à autoridade competente. Foram anunciados, em fase única de discussão e votação os Requerimentos números: 555, 556, 375, 553, 540, 554, 289, 290, 291, 292, 287, 288, 332, 378, 557, 286, 299, 572, 293, 130, 285, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 403, 404, 405, 406, 407, 294, 509, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 53, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 296, 297 e 298, os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para providenciar. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Discussões Parlamentares, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às treze horas e vinte e três minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário

9ª Legislatura, 2ª Sessão Legislativa

22 de abril de 2020

Ata da Centésima Sexagésima Nona Sessão Ordinária

Às onze horas e trinta e três minutos do dia vinte e dois do mês de abril do ano de dois mil e vinte, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Eduardo do Dertins, secretariado pelos Senhores Deputados Elenil da Penha, Primeiro-Secretário e Ivory de Lira, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocaninense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Amélio Cayres, Eduardo Siqueira Campos, Elenil da Penha, Fabion Gomes, Gleydson Nato, Ivory de Lira, Jair Farias, Jorge Frederico, Léo Barbosa, Olyntho Neto, Professor Júnior Geo, Ricardo Ayres, Valdemar Júnior, Vilmar de Oliveira, Zé Roberto Lula e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Cláudia Lelis, Luana Ribeiro, Valdez Castelo Branco e Vanda Monteiro. Encontra-se licenciado o Senhor Deputado Cleiton Cardoso. Estavam ausentes os Senhores Deputados Antonio Andrade, Issam Saado e Nilton Franco. Em seguida, o Senhor Presidente, de ofício, suspendeu a Sessão pelo prazo de até trinta minutos, reabrindo-a às doze horas e onze minutos. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, com aquiescência do Plenário, transferiu a deliberação das Atas das Sessões anteriores para a Sessão subsequente. Em seguida, o Senhor Deputado Ricardo Ayres convocou Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Redação para às catorze horas; e o Senhor Deputado Amélio Cayres convocou Reunião Extraordinária na Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle para às catorze horas e trinta minutos. Logo após, o Senhor Presidente suspendeu a Sessão pelo prazo de até uma hora, reabrindo-a às dezesseis horas e cinquenta e três minutos. Em seguida, o Senhor Presidente, por falta de quórum em Plenário, transferiu a deliberação da Ordem do Dia para a Sessão subsequente. Logo após, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dezesseis horas e cinquenta e quatro minutos, convocando Sessão Extraordinária para dentro de um minuto. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário

9ª Legislatura, 2ª Sessão Legislativa

22 de abril de 2020

Ata da Centésima Septuagésima Sessão Ordinária

Às quinze horas do dia vinte e dois do mês de abril do ano de dois mil e vinte, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão

Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Eduardo do Dertins, secretariado pelas Senhoras Deputadas Vanda Monteiro, Primeira-Secretária e Amália Santana, Segunda-Secretária. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocaninense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Amélio Cayres, Eduardo Siqueira Campos, Elenil da Penha, Fabion Gomes, Gleydson Nato, Léo Barbosa, Professor Júnior Geo, Vilmar de Oliveira, Zé Roberto Lula e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Cláudia Lelis, Luana Ribeiro, Valdez Castelo Branco e Vanda Monteiro. Encontra-se licenciado o Senhor Deputado Cleiton Cardoso. Estavam ausentes os Senhores Deputados Antonio Andrade, Issam Saado, Ivory de Lira, Jair Farias, Jorge Frederico, Nilton Franco, Olyntho Neto, Ricardo Ayres e Valdemar Júnior. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, com aquiescência do Plenário, transferiu a deliberação das Atas das Sessões anteriores para a Sessão subsequente. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Projeto de Lei número 68/2020, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, que “dispõe sobre o cancelamento ou remarcação de passagens aéreas, passagens de ônibus, bem como de pacotes de viagens adquiridos no âmbito do Estado do Tocantins em razão da doença Covid-19”; Projeto de Lei número 69/2020, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, que “autoriza o Poder Executivo a subsidiar os custos do serviço que especifica, em decorrência do novo coronavírus (Covid-19), e dá outras providências”; Projeto de Lei número 70/2020, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, que “assegura aos locatários de imóveis comerciais, no âmbito do Estado do Tocantins, o abatimento proporcional de valores de locação em razão da determinação de fechamento e interrupção das atividades comerciais para atendimento das medidas de combate à Covid-19, e dá outras providências”; Projeto de Lei número 71/2020, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, que “autoriza o Poder Executivo a conceder isenção do ICMS na forma que especifica, em razão do decreto de calamidade pela pandemia do Covid-19”; Projeto de Lei número 72/2020, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, que “fica prorrogado o prazo de recolhimento do ICMS devido por estabelecimento que tenha sido obrigado a suspender suas atividades durante a vigência de decretos do Governo do Estado, em decorrência da pandemia do Coronavírus, e adota outras providências”; Projeto de Lei número 73/2020, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, que “dispõe sobre as medidas econômicas temporárias e emergenciais, no âmbito do Estado do Tocantins, em razão da doença Covid-19”; Projeto de Lei número 76/2020, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo, que “dispõe sobre a suspensão do cumprimento de obrigações firmadas com instituições financeiras pelos servidores estaduais, servidores municipais, microempreendedores, pequenos agricultores familiares e trabalhadores autônomos, durante o período de 90 dias”; Projeto de Lei número 78/2020, de autoria da Senhora Cláudia Lelis, que “dispõe sobre redução proporcional das mensalidades da rede privada de ensino durante o plano de contingência do novo Coronavírus (Covid-19) da Secretaria da Saúde do Estado do Tocantins; Projeto de Lei número 79/2020, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto, que “determina que os estabelecimentos que possuam atendimento ao público ou circulação de pessoas no Estado do Tocantins ficam obrigados a disponibilizar álcool em gel para a higienização das mãos, e adota outras providências”; Projeto de Lei número 80/2020, de autoria do Senhor Deputado Valdemar Júnior, que “proíbe as concessionárias prestadoras de serviços de fornecimento de água, energia elétrica de suspenderem o serviço por um período de 90 dias

devido ao Covid-19, e adota outras providências”; Projeto de Lei número 82/2020, de autoria da Senhora Deputada Claudia Lelis, que “dispõe sobre a proteção de mulheres em situação de violência durante a vigência do estado de calamidade pública, com efeitos até 31 de dezembro de 2020, ou enquanto durarem medidas de quarentena e restrições de atividades no contexto da pandemia do Covid-19 (novo Coronavírus); Projeto de Lei número 83/2020, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, que “regulamenta e dispõe sobre a Linha de Crédito Especial para dar apoio emergencial aos diversos segmentos de comércio e serviços, no âmbito do Estado do Tocantins”; Projeto de Lei Complementar número 1/2020, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, que “dispõe sobre a decretação do estado de calamidade pública do Estado do Tocantins e dos municípios tocanтинenses, e adota outras providências”; Comunicação Interna número 30/2020, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, solicitando a retirada de tramitação do Projeto de Lei número 57, de 13 de abril de 2020, que “dispõe sobre a redução proporcional das mensalidades da rede privada no ensino durante o período da suspensão das aulas pelo motivo de calamidade pública em função da pandemia do Coronavírus”; e Ofícios oriundos das Prefeituras Municipais de Barrolândia, Tocantinópolis, Barra do Ouro e Brasilândia, solicitando o reconhecimento, para os devidos fins do art. 65 da Lei Complementar número 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública. Na apresentação de Matérias, foram entregues os Projetos de Lei que receberam os números 84, 87, 92 e 94/2020, de autoria da Senhora Amália Santana; 85 e 95/2020, de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa; 86, 88, 90, 91 e 93/2020, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro; 97, 98 e 99/2020, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro; 100 e 101/2020, de autoria da Senhora Deputada Valdevez Castelo Branco; 102/2020, de autoria do Senhor Deputado Gleydson Nato; 103/2020, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico; e os Requerimentos que receberam os números 691 a 725. Logo após, por falta de quórum em Plenário, o Senhor Presidente transferiu a deliberação das urgências das matérias apresentadas para a Sessão subsequente. No horário destinado às Comunicações, usou a tribuna o Senhor Deputado Elenil da Penha. Na deliberação da Ordem do Dia, o Senhor Presidente, por falta de quórum, transferiu sua deliberação para a Sessão subsequente. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Discussões Parlamentares, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dezessete horas e cinquenta e três minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário

9ª Legislatura, 2ª Sessão Legislativa 28 de abril de 2020

Ata da Centésima Septuagésima Primeira Sessão Ordinária

Às quinze horas do dia vinte e oito do mês de abril do ano de dois mil e vinte, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Amélio Cayres, secretariado pelos Senhores Deputados Ivory de Lira, Primeiro-Secretário e Elenil da Penha, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocanтинense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Eduardo Siqueira Campos, Elenil da Penha, Issam Saado, Gleydson Nato, Ivory de Lira,

Jair Farias, Jorge Frederico, Léo Barbosa, Olyntho Neto, Professor Júnior Geo, Ricardo Ayres, Valdemar Júnior, Vilmar de Oliveira, Zé Roberto Lula e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Claudia Lelis, Valdevez Castelo Branco e Vanda Monteiro. Encontra-se licenciado o Senhor Deputado Cleiton Cardoso. Estavam ausentes os Senhores Deputados Antonio Andrade, Eduardo do Dertins, Fabion Gomes, Nilton Franco e a Senhora Deputada Luana Ribeiro. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, com aquiescência do Plenário transferiu a deliberação das Atas das Sessões anteriores para a Sessão subsequente. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Projeto de Lei número 87/2020, de autoria da Senhora Deputada Amália Santana, que “assegura aos deficientes físicos prioridade de vaga em Escolas Públicas Estaduais com localização próxima da sua residência”; e Projeto de Lei número 89/2020, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “determina a oferta de leito hospitalar privativo para mães de natimorto e mães de óbito fetal e, se necessário ou solicitado, acompanhamento psicológico”. Na apresentação de Matérias, foram entregues os Projetos de Lei que receberam os números 110/2020, de autoria do Senhor Deputado Elenil da Penha; 111/2020, de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa; e os Requerimentos que receberam os números 760 a 793. Logo após, o Senhor Presidente com aquiescência do Plenário suspendeu a Sessão pelo prazo de até trinta minutos, reabrindo-a às vinte horas e quarenta e quatro minutos. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se à Ordem do Dia. Em seguida, o Senhor Presidente, por falta de quórum, transferiu sua deliberação para a Sessão subsequente. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Discussões Parlamentares, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às vinte horas e quarenta e cinco minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário

9ª Legislatura, 2ª Sessão Legislativa 12 de maio de 2020

Ata da Quadragésima Primeira Sessão Extraordinária

Às dezenove horas e sete minutos do dia doze do mês de maio do ano de dois mil e vinte, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Extraordinária, presidida pelo Senhor Deputado Antonio Andrade, secretariado pelas Senhoras Deputadas Vanda Monteiro, Primeira-Secretária e Valdevez Castelo Branco, Segunda-Secretária. Sob a proteção de Deus, havendo número legal em nome do povo tocanтинense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Eduardo do Dertins, Fabion Gomes, Gleydson Nato, Issam Saado, Ivory de Lira, Nilton Franco, Olyntho Neto, Professor Júnior Geo, Ricardo Ayres, Vilmar de Oliveira, Zé Roberto Lula e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Claudia Lelis, Valdevez Castelo Branco e Vanda Monteiro. Encontra-se licenciado o Senhor Deputado Cleiton Cardoso. Estavam ausentes os Senhores Deputados Amélio Cayres, Eduardo Siqueira Campos, Elenil da Penha, Jair Farias, Jorge Frederico, Léo Barbosa, Valdemar Júnior e a Senhora Deputada Luana Ribeiro. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, nos termos do art. 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, submeteu a Ata da Sessão anterior à apreciação do Plenário, a qual foi aprovada. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Mensagem número 1/2020, oriunda da Prefeitura de Abreulândia, que

encaminha Decreto número 41/2020, que “adere às recomendações e políticas públicas Estadual e Federal, impõe medidas restritivas e determina ações preventivas para a contenção do avanço e enfrentamento da pandemia e dá outras providências”; e Mensagem número 2/2020, oriunda da Prefeitura de Paraíso do Tocantins, que encaminhada Decreto número 551/2020, que “declara situação de calamidade pública no município de Paraíso do Tocantins e define outras medidas, para o enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus”. Não havendo Matérias a apresentar, passou-se às Comunicações. Logo após, usou a tribuna o Senhor Deputado Gleydson Nato. Na deliberação da Ordem do Dia, foram anunciados, em segunda fase de discussão e votação, o Projeto de Lei de Conversão número 115/2019, originário da Medida Provisória número 31/2020, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que “altera a Lei número 2.007, de 17 de dezembro de 2008, que dispõe sobre o uso e a ocupação do solo, do subsolo e do espaço aéreo nas faixas de domínio e nas áreas limdeiras das rodovias estaduais e rodovias federais delegadas ao Estado do Tocantins, e adota outras providências”, o qual, votado, foi aprovado e encaminhado à Secretaria para extração de autógrafo. Foram anunciados, *in loco*, em segunda fase de discussão e votação, os Projetos de Decreto Legislativo números: 39/2020, de autoria das Comissões de Constituição, Justiça e Redação; e Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, que “reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar número 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública no município de Araguatins; 40/2020, de autoria das Comissões de Constituição, Justiça e Redação; e Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, que “reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar número 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública no município de Babaçulândia; 41/2020, de autoria das Comissões de Constituição, Justiça e Redação; e Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, que “reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar número 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública no município de Bom Jesus do Tocantins; 42/2020, de autoria das Comissões de Constituição, Justiça e Redação; e Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, que “reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar número 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública no município de Buriti do Tocantins; 43/2020, de autoria das Comissões de Constituição, Justiça e Redação; e Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, que “reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar número 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública no município de Colinas do Tocantins; 44/2020, de autoria das Comissões de Constituição, Justiça e Redação; e Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, que “reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar número 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública no município de Filadélfia; 45/2020, de autoria das Comissões de Constituição, Justiça e Redação; e Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, que “reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar número 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública no município de Gurupi; 46/2020, de autoria das Comissões de Constituição, Justiça e Redação; e Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, que “reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar número 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública no município de Itaguatins; 47/2020, de autoria das Comissões de Constituição, Justiça e Redação; e Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, que “reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar número

101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública no município de Lagoa da Confusão; 48/2020, de autoria das Comissões de Constituição, Justiça e Redação; e Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, que “reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar número 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública no município de Miranorte; 49/2020, de autoria das Comissões de Constituição, Justiça e Redação; e Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, que “reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar número 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública no município de Recursolândia; 50/2020, de autoria das Comissões de Constituição, Justiça e Redação; e Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, que “reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar número 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública no município de Rio dos Bois; 51/2020, de autoria das Comissões de Constituição, Justiça e Redação; e Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, que “reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar número 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública no município de Rio Sono; 52/2020, de autoria das Comissões de Constituição, Justiça e Redação; e Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, que “reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar número 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública no município de Sucupira; e 53/2020, de autoria das Comissões de Constituição, Justiça e Redação; e Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, que “reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar número 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública no município de Taboão; os quais, votados, foram aprovados. O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, promulga o Decreto Legislativo, de 12 de maio de 2020. E encaminha à Secretaria para comunicar a autoridade competente. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dezenove horas e dezenove minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário

**9ª Legislatura, 2ª Sessão Legislativa
26 de maio de 2020**

Ata da Quadragésima Segunda Sessão Extraordinária

Às dezoito horas e dezenove minutos do dia vinte e seis do mês de maio do ano de dois mil e vinte, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Extraordinária, presidida pelo Senhor Deputado Antonio Andrade, secretariado pela Senhora Deputada Vanda Monteiro, Primeira-Secretária e pelo Senhor Deputado Vilmar de Oliveira, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Amélio Cayres, Eduardo do Dertins, Elenil da Penha, Fabion Gomes, Gleydson Nato, Issam Saado, Ivory de Lira, Jair Farias, Jorge Frederico, Léo Barbosa, Olyntho Neto, Professor Júnior Geo, Valdemar Júnior, Vilmar de Oliveira, Zé Roberto Lula e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Cláudia Lelis, Luana Ribeiro, Valderéz Castelo Branco e Vanda Monteiro. Encontra-se licenciado o Senhor Deputado Cleiton Cardoso. Estavam ausentes os Senhores Deputados Eduardo Siqueira Campos, Nilton Franco e Ricardo Ayres. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, com aquiescência do

Plenário, transferiu a deliberação da Ata da Sessão anterior para a Sessão subsequente. Não havendo Expedientes a serem lidos, Matérias a apresentar, nem oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, o Senhor Presidente colocou em votação o Requerimento que recebeu o número 869, de autoria do Senhor Deputado Ivory de Lira, Líder do Governo, que requer a dispensa de todos os interstícios nos termos do arts 72 e 133, para inclusão na Ordem do Dia desta Sessão Extraordinária, bem como a convocação de Sessão Extraordinária, nos termos do art. 80 §1º, para discussão e votação dos Decretos Legislativos números 54 a 61/2020 e Projeto de Lei número 1/2020, de autoria do Senhor Governador do Estado, o qual, foi aprovado. Na deliberação da Ordem do Dia, foram anunciados, em primeira fase de discussão e votação, o Projeto de Lei número 1/2020, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “dispõe sobre a redução na base de cálculo do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS nas operações que especifica”; o qual, votado, foi aprovado e encaminhado à segunda fase de discussão e votação. Foram anunciados, em primeira fase de discussão e votação, os Projetos de Decretos Legislativos números: 54/2020, de autoria das Comissões de Constituição, Justiça e Redação; e Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, que “reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar número 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública no Município de Abreulândia”; 55/2020, de autoria das Comissões de Constituição, Justiça e Redação; e Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, que “reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar número 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública no Município de Cachoeirinha”; 56/2020, de autoria das Comissões de Constituição, Justiça e Redação; e Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, que “reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar número 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública no Município de Couto Magalhães”; 57/2020, de autoria das Comissões de Constituição, Justiça e Redação; e Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, que “reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar número 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública no Município de Guarái”; 58/2020, de autoria das Comissões de Constituição, Justiça e Redação; e Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, que “reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar número 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública no Município de Lagoa do Tocantins”; 59/2020, de autoria das Comissões de Constituição, Justiça e Redação; e Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, que “reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar número 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública no Município de Paraíso do Tocantins”; 60/2020, de autoria das Comissões de Constituição, Justiça e Redação; e Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, que “reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar número 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública no Município de Porto Nacional”; 61/2020, de autoria das Comissões de Constituição, Justiça e Redação; e Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, que “reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar número 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública no Município de Pugmil”; os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à segunda fase de discussão e votação. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dezoito horas e vinte e sete minutos, convocando Sessão Extraordinária para dentro de um minuto. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário

9ª Legislatura, 2ª Sessão Legislativa

26 de maio de 2020

Ata da Quadragésima Terceira Sessão Extraordinária

Às dezoito horas e vinte e nove minutos do dia vinte e seis do mês de maio do ano de dois mil e vinte, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Extraordinária, presidida pelo Senhor Deputado Antonio Andrade, secretariado pela Senhora Deputada Vanda Monteiro, Primeira-Secretária e pelo Senhor Deputado Vilmar de Oliveira, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Amélio Cayres, Eduardo do Dertins, Elenil da Penha, Fabion Gomes, Gleydson Nato, Issam Sado, Ivory de Lira, Jair Farias, Jorge Frederico, Léo Barbosa, Olyntho Neto, Professor Júnior Geo, Valdemar Júnior, Vilmar de Oliveira, Zé Roberto Lula e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Claudia Lelis, Luana Ribeiro, Valderes Castelo Branco e Vanda Monteiro. Encontra-se licenciado o Senhor Deputado Cleiton Cardoso. Estavam ausentes os Senhores Deputados Eduardo Siqueira Campos, Nilton Franco e Ricardo Ayres. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, com aquiescência do Plenário, transferiu a deliberação das Atas das Sessões anteriores para a Sessão subsequente. Não havendo Expedientes a serem lidos, passou-se à Apresentação de Matérias. Foram entregues o Projeto de Lei que recebeu o número 144/2020, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto; e os Requerimentos que receberam os números 924 a 927. No horário destinado às Comunicações, usou a tribuna o Senhor Deputado Elenil da Penha. Em seguida, assumiu a Primeira-Secretaria o Senhor Deputado Ivory de Lira e a Segunda-Secretaria a Senhora Deputada Vanda Monteiro. Na deliberação da Ordem do Dia, foi anunciado, em segunda fase de discussão e votação, o Projeto de Lei número 1/2020, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “dispõe sobre a redução na base de cálculo do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS nas operações que especifica”; o qual, votado, foi aprovado e encaminhado à Secretaria para extração de autógrafo. Foram anunciados, em segunda fase de discussão e votação, os Projetos de Decretos Legislativos números: 54/2020, de autoria das Comissões de Constituição, Justiça e Redação; e Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, que “reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar número 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública no Município de Abreulândia”; 55/2020, de autoria das Comissões de Constituição, Justiça e Redação; e Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, que “reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar número 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública no Município de Cachoeirinha”; 56/2020, de autoria das Comissões de Constituição, Justiça e Redação; e Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, que “reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar número 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública no Município de Couto Magalhães”; 57/2020, de autoria das Comissões de Constituição, Justiça e Redação; e Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, que “reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar número 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública no Município de Guarái”; 58/2020, de autoria das Comissões de Constituição, Justiça e Redação; e Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, que “reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar número 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública no Município de Lagoa do Tocantins”; 59/2020, de autoria das Comissões de Constituição, Justiça e Redação; e Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, que “reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar número 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública no Município de Paraíso do Tocantins”; 60/2020, de autoria das Comissões de Constituição, Justiça e Redação; e Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, que “reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar número 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública no Município de Porto Nacional”; 61/2020, de autoria das Comissões de Constituição, Justiça e Redação; e Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, que “reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar número 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública no Município de Pugmil”; os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à segunda fase de discussão e votação. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dezoito horas e vinte e sete minutos, convocando Sessão Extraordinária para dentro de um minuto. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública no Município de Lagoa do Tocantins”; 59/2020, de autoria das Comissões de Constituição, Justiça e Redação; e Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, que “reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar número 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública no Município de Paraíso do Tocantins”; 60/2020, de autoria das Comissões de Constituição, Justiça e Redação; e Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, que “reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar número 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública no Município de Porto Nacional”; 61/2020, de autoria das Comissões de Constituição, Justiça e Redação; e Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, que “reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar número 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública no Município de Pugmil”; os quais, votados, foram aprovados. O Presidente da Assembleia Legislativa promulga os Decretos Legislativos números 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235 e 236, respectivamente de 26 de maio de 2020. E encaminha-se a Secretaria para comunicar a autoridade competente. Logo após, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dezenove horas e vinte e dois minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário

9ª Legislatura, 2ª Sessão Legislativa

10 de junho de 2020

Ata da Quadragésima Quarta Sessão Extraordinária

Às vinte e três horas e vinte e oito minutos do dia dez do mês de junho do ano de dois mil e vinte, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Extraordinária, presidida pelo Senhor Deputado Antonio Andrade, secretariado pela Senhora Deputada Vanda Monteiro, Primeira-Secretária e pelo Senhor Deputado Ivory de Lira, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Amélio Cayres, Eduardo do Dertins, Elenil da Penha, Gleydson Nato, Issam Saado, Ivory de Lira, Jair Farias, Léo Barbosa, Olynto Neto, Professor Júnior Geo, Ricardo Ayres, Vilmar de Oliveira, Zé Roberto Lula e das Senhoras Deputadas Claudia Lelis, Luana Ribeiro, Valdez Castelo Branco e Vanda Monteiro. Encontra-se licenciado o Senhor Deputado Cleiton Cardoso. Estavam ausentes os Senhores Deputados Eduardo Siqueira Campos, Fabion Gomes, Jorge Frederico, Nilton Franco, Valdemar Júnior e a Senhora Deputada Amália Santana. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, com aquiescência do Plenário, transferiu a deliberação das Atas das Sessões anteriores para a Sessão subsequente. Não havendo Expedientes a serem lidos, passou-se à Apresentação de Matérias. Foi entregue o Requerimento que recebeu o número 1.061. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se à Ordem do Dia. Foi anunciado, em primeira fase de discussão e votação, o Projeto de Lei número 70/2020, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, que “assegura aos locatários de imóveis comerciais, no âmbito do Estado do Tocantins, o abatimento proporcional de valores de locação em razão da determinação de fechamento e interrupção das atividades comerciais para atendimento das medidas de combate à Covid-19, e dá outras providências”; o qual, votado, foi aprovado com os votos

contrários dos Senhores Deputados Issam Saado, Eduardo do Dertins e Professor Júnior Geo, e encaminhado à segunda fase de discussão e votação. Foram anunciados em segunda fase de discussão e votação, os Projetos de Lei números: 2/2020, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “autoriza o Chefe do Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco de Brasília S.A., e adota outras providências”; 3/2020, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “autoriza o Chefe do Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco do Brasil S. A., e adota outras providências”; 32/2016, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “altera o art. 3º da Lei número 1.789, de 15 de maio de 2007, que dispõe sobre o Conselho Estadual do Meio Ambiente do Tocantins – Coema-TO”; 56/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “autoriza o Poder Executivo a doar lotes urbanos às famílias cadastradas junto à Companhia Imobiliária do Estado do Tocantins – TerraPalmas, e adota outra providência”; 15/2020, de autoria do Senhor Deputado Jair Farias, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Militares da Região de Dianópolis – Asmird”; 75/2020, de autoria do Senhor Deputado Antonio Andrade, que “autoriza a transferência de recursos públicos a título de subvenções sociais, auxílios ou contribuições correntes e de capital, por meio de emendas parlamentares, à entidade privada sem fins lucrativos Instituto Paulo Ricardo – IPR”; 124/2020, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro, que “declara de Utilidade Pública Estadual o Instituto de Gestão e Apoio à Saúde dos Municípios Tocantinenses – Igas”; 23/2019, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico, que “estabelece a campanha para o esclarecimento, a divulgação e o incentivo à doação de medula óssea e de plaquetas”; 57/2019, de autoria da Senhora Deputada Valdez Castelo Branco, que “altera a Lei número 1.818; art. 96, II que dispõe acerca da licença-maternidade nos casos de parto prematuro, e adota outras providências”; 211/2019, de autoria do Senhor Deputado Issam Saado, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Entidade Instituto Humanitário Anita Luiza, localizada no município de Araguaína”, que deu origem ao Processo número 251/2019; e 289/2019, de autoria do Senhor Deputado Gleydson Nato, que “altera a Lei número 1.287, de 2 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o Código Tributário do Estado do Tocantins e adota outras providências”; os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para extração de autógrafo. Foi anunciado, em segunda fase de discussão e votação, o Projeto de Lei número 61/2020, de autoria do Senhor Deputado Vilmar de Oliveira e 78/2020, co-autoria da Senhora Deputada Claudia Lelis, que “dispõe sobre a redução proporcional das mensalidades da rede privada de ensino durante o Plano de Contingência do novo coronavírus da Secretaria de Estado da Saúde e 30 dias após o término da vigência do Decreto número 6.071, de 18 de março de 2020, publicado no Diário Oficial número 5.566, do Estado do Tocantins”, o qual, votado, foi aprovado com o voto contrário do Senhor Deputado Professor Júnior Geo, e encaminhado à Secretaria para extração de autógrafo. Foi anunciado, em segunda fase de discussão e votação, o Projeto de Lei número 29/2019, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, e co-autores os Senhores Deputados Jorge Frederico (Processo número 161/2019) e 18/2020, de autoria do Senhor Deputado Olynto Neto, que “dispõe acerca das normas de tributação para aquisição de armas de fogo por policiais militares, policiais civis e técnicos em defesa social, ativos e inativos do Estado do Tocantins”, o qual, votado, foi aprovado com os votos contrários dos Senhores Deputados Ivory de Lira, Ricardo Ayres, Zé Roberto Lula e Issam Saado, e encaminhado à Secretaria para extração de autógrafo. Foram anunciados, em

segunda fase de discussão e votação, os Projetos de Decretos Legislativos números: 62/2020, de autoria das Comissões de Constituição, Justiça e Redação; e Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, que “reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar número 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública no Município de Barra de Ouro”; 63/2020, de autoria das Comissões de Constituição, Justiça e Redação; e Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, que “reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar número 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública no Município de Campos Lindos”; 64/2020, de autoria das Comissões de Constituição, Justiça e Redação; e Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, que “reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar número 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública no Município Formoso do Araguaia”; 65/2020, de autoria das Comissões de Constituição, Justiça e Redação; e Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, que “reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar número 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública no Município de Ipueiras”; 66/2020, de autoria das Comissões de Constituição, Justiça e Redação e Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, que “reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar número 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública no Município de Pedro Afonso”; 67/2020, de autoria das Comissões de Constituição, Justiça e Redação e Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, que “reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar número 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública no Município Pequizeiro”; 68/2020, de autoria das Comissões de Constituição, Justiça e Redação e Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, que “reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar número 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública no Município Praia Norte”; 69/2020, de autoria das Comissões de Constituição, Justiça e Redação e Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, que “reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar número 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública no Município de Sandolândia”; 70/2020, de autoria das Comissões de Constituição, Justiça e Redação; e Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, que “reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar número 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública no Município Santa Fé do Araguaia”; os quais, votados, foram aprovados. O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins promulga os Decretos Legislativos números 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244 e 245, respectivamente, de 10 de junho de 2020. E encaminha à Secretaria para comunicar à autoridade competente. Logo após, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às vinte e três horas e quarenta e cinco minutos, convocando Sessão Extraordinária para dentro de dois minutos. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

*1º Secretário**Presidente**2º Secretário***9ª Legislatura, 2ª Sessão Legislativa****10 de junho de 2020****Ata da Quadragésima Quinta Sessão Extraordinária**

Às vinte e três horas e quarenta e sete minutos do dia dez do mês de junho do ano de dois mil e vinte, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Extraordinária, presidida pelo Senhor

Deputado Antonio Andrade, secretariado pela Senhora Deputada Vanda Monteiro, Primeira-Secretária e pelo Senhor Deputado Ivory de Lira, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Amélio Cayres, Eduardo do Dertins, Elenil da Penha, Gleydson Nato, Issam Saado, Ivory de Lira, Jorge Frederico, Léo Barbosa, Olyntho Neto, Professor Júnior Geo, Ricardo Ayres, Vilmar de Oliveira, Zé Roberto Lula e das Senhoras Deputadas Claudia Lelis, Luana Ribeiro, Valderez Castelo Branco e Vanda Monteiro. Encontra-se licenciado o Senhor Deputado Cleiton Cardoso. Estavam ausentes os Senhores Deputados Eduardo Siqueira Campos, Fabion Gomes, Jair Farias, Nilton Franco, Valdemar Júnior e a Senhora Deputada Amália Santana. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, com aquiescência do Plenário, transferiu a deliberação das Atas das Sessões anteriores para a Sessão subsequente. Não havendo Expedientes a serem lidos, Matérias a apresentar, oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se à Ordem do Dia. Foi anunciado, em segunda fase de discussão e votação, o Projeto de Lei número 70/2020, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, que “assegura aos locatários de imóveis comerciais, no âmbito do Estado do Tocantins, o abatimento proporcional de valores de locação em razão da determinação de fechamento e interrupção das atividades comerciais para atendimento das medidas de combate à covid-19, e dá outras providências”; o qual, votado, foi aprovado com os votos contrários dos Senhores Deputados Amélio Cayres, Professor Júnior Geo, Eduardo do Dertins, Issam Saado e Elenil da Penha, e encaminhado à Secretaria para extração de autógrafo. Logo após, o Senhor Presidente encerrou a Sessão à zero hora e quatro minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

*1º Secretário**Presidente**2º Secretário***9ª Legislatura, 2ª Sessão Legislativa****17 de junho de 2020****Ata da Quadragésima Sexta Sessão Extraordinária**

Às dezesseis horas e quarenta e três minutos do dia dezesseis do mês de junho do ano de dois mil e vinte, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Extraordinária, presidida pelo Senhor Deputado Antonio Andrade, secretariado pelo Senhor Deputado Ivory de Lira, Primeiro-Secretário e pela Senhora Deputada Vanda Monteiro, Segunda-Secretária. Sob a proteção de Deus, havendo número legal em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Amélio Cayres, Eduardo do Dertins, Elenil da Penha, Ivory de Lira, Jair Farias, Léo Barbosa, Olyntho Neto, Professor Júnior Geo, Ricardo Ayres, Vilmar de Oliveira e das Senhoras Deputadas Claudia Lelis, Luana Ribeiro, Valderez Castelo Branco e Vanda Monteiro. Encontra-se licenciado o Senhor Deputado Cleiton Cardoso. Estavam ausentes os Senhores Deputados Eduardo Siqueira Campos, Fabion Gomes, Gleydson Nato, Issam Saado, Jorge Frederico, Nilton Franco, Valdemar Júnior, Zé Roberto Lula e a Senhora Deputada Amália Santana. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, nos termos do art. 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, submeteu as Atas das Sessões anteriores à apreciação do Plenário, as quais foram aprovadas. Não havendo Expedientes a serem lidos, passou-se à Apresentação de Matérias. Foram entregues os Pro-

jetos de Lei que receberam os números 181, 182 e 183/2020, de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se à Ordem do Dia. Foram anunciados, em segunda fase de discussão e votação, os Projetos de Lei números: Projeto de Lei de Conversão número 169/2020, originário da Medida Provisória número 4/2020, anexado ao Projeto de Lei número 389, (Processo número 475) de autoria do Senhor Deputado Olythno Neto, de autoria da Comissão de Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transportes, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público, que “dispõe sobre a indenização por escala extraordinária de serviço prestado por policiais e bombeiros militares, e adota outras providências”; 12/2020, de autoria do Senhor Deputado Jair Farias, que “dispõe sobre a concessão de Título de Cidadão Tocantinense ao senhor Jefferson David Azevedo Ramos”; 16/2020, de autoria do Senhor Deputado Antonio Andrade, que “institui o Dia Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Epilepsia”; 20/2020, de autoria do Senhor Deputado Antonio Andrade, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Empresário e ex-Senador João Vicente Claudino”; 326/2019, de autoria da Senhora Deputada Cláudia Lelis, que “institui a Semana de Conscientização e Proteção dos Direitos dos Animais no Estado do Tocantins e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 399/2019; 347/2019, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “concede Título de Cidadão Tocantinense a Carla Maraisa Henrique Pereira”, que deu origem ao Processo número 428/2019; 348/2019, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “concede Título de Cidadã Tocantinense a Maiara Carla Henrique Pereira”, que deu origem ao Processo número 429/2020; 351/2019, de autoria do Senhor Deputado Gleydson Nato, que “altera a Lei número 3.449, de 11 de abril de 2019, que institui a Política de Prevenção à Violência Contra Profissionais da Educação da Rede de Ensino do Estado do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 431/2019; 420/2019, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro, que “inclui no Calendário Oficial Tocantinense, o Dia Estadual de Combate a Intolerância Ideológica, no âmbito do Estado do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 511/2019; 414/2019, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo, que “institui o Dia Estadual da Ciência e Dia do Pesquisador Científico, a ser comemorado em 8 de julho no Estado do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 502/2019; 443/2019, de autoria do Senhor Deputado Ivory de Lira, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de bares, restaurantes e casas noturnas adotarem medidas de auxílio à mulher que se sinta em situação de risco”, que deu origem ao Processo número 535/2019; os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para extração de autógrafa. Foi anunciado, em segunda fase de discussão e votação, o Projeto de Resolução número 8/2019, de autoria do Senhor Deputado Elenil da Penha, que “estabelece critérios para a indicação e concessão de Título de Cidadão Tocantinense e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 140/2019, o qual, votado, foi aprovado. O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins promulga a Resolução número 350, de 17 de junho de 2020. Foi anunciado, em segunda fase de discussão e votação, o Projeto de Decreto Legislativo número 71/2020, de autoria das Comissões de Constituição, Justiça e Redação; e Finanças, Tributação, Fiscalização e

Controle, que “reconhece, para os devidos fins do art. 65 da Lei Complementar número 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública no Município de São Salvador”, o qual, votado, foi aprovado. O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins promulga o Decreto Legislativo número 246, de 17 de junho de 2020, e encaminha à Secretaria para comunicar à Autoridade competente. Logo após, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dezesseis horas e cinquenta e nove minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário

Atas das Comissões

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO, TRABALHO, DEFESA DO CONSUMIDOR, TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E SERVIÇO PÚBLICO 9ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA Ata da Trigésima Oitava Reunião Ordinária 4 de março de 2020

Às quatorze horas do dia quatro de março de dois mil e vinte, reuniu-se a Comissão de Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transportes, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos Senhores Deputados Elenil da Penha, Prof. Júnior Geo, Vilmar de Oliveira e Zé Roberto Lula e da Senhora Deputada Valdevez Castelo Branco. Estava ausente o Senhor Deputado Olythno Neto. O Senhor Presidente, Deputado Elenil da Penha, secretariado pela Senhora Deputada Valdevez Castelo Branco, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura da Ata da Reunião anterior, que foi lida e aprovada pelos Membros presentes. Não havendo Expediente, passou-se à Distribuição de Matérias. O Deputado Elenil da Penha avocou a relatoria do Processo número 531/2019, de autoria do Deputado Olythno Neto, que “torna obrigatória a instalação de balança de precisão nos estabelecimentos que menciona, e dá outras providências”. O Deputado Prof. Júnior Geo foi nomeado relator dos Processos números 249/2019, de autoria da Deputada Valdevez Castelo Branco, que “altera a Lei nº 1.818, art. 96, II que dispõe acerca da licença-maternidade nos casos de parto prematuro, e adota outras providências”; 458/2019, de autoria do Deputado Jorge Frederico, que “dispõe sobre a obrigatoriedade da oferta de instrumentos para a verificação de rótulos de produtos comercializados nos supermercados, hipermercados e congêneres no Estado do Tocantins”; e 524/2019, de autoria da Deputada Luana Ribeiro, que “proíbe a cobrança de valores adicionais a sobretaxas para matrícula ou mensalidade de estudantes portadores de síndrome de *down*, autismo, transtorno invasivo do desenvolvimento ou outras síndromes e dá outras providências”. O Deputado Zé Roberto Lula foi nomeado relator dos Processos números 167/2019, de autoria do Deputado Issam Saado, que “dispõe sobre o aproveitamento da energia solar com a instalação de painéis fotovoltaicos para diminuição de gastos públicos e maior sustentabilidade junto às escolas da rede pública e aos prédios públicos de propriedade do Estado do Tocantins”; 392/2019, de autoria da Deputada Vanda Monteiro, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação, no âmbito estadual, de avisos com o número do

Centro de Valorização da Vida (disque 188)”; e 512/2019, de autoria do Deputado Fabion Gomes, que “dispõe sobre a nulidade da nomeação ou contratação, para determinados cargos e empregos públicos, de pessoa condenada por crime sexual contra criança ou adolescente”. A Deputada Valderez Castelo Branco foi nomeada relatora dos Processos números 347/2019, de autoria do Deputado Ricardo Ayres, que “obriga bares, quiosques, praças, cafês, centros e complexos gastronômicos, restaurantes, casas noturnas, casas de eventos e de shows a adotarem medidas de auxílio à mulher que se sinta em situação de risco, no âmbito do Estado do Tocantins”; e 415/2019, de autoria da Deputada Vanda Monteiro, que “dispõe sobre a afixação de cartazes em revendedoras e concessionárias de veículos informando sobre isenções tributárias específicas, concedidas às pessoas com deficiência e portadoras de enfermidade de caráter irreversível no âmbito do Estado do Tocantins”. Em seguida, passou-se à Devolução de Matérias. A Deputada Valderez Castelo Branco devolveu o Processo número 495/2019, de autoria do Deputado Antonio Andrade, que “revoga a Resolução nº 286, de 17 de fevereiro de 2011”; o Processo número 28/2019, de autoria da Deputada Luana Ribeiro, que “concede Título de Cidadão Tocantinense a Seiki Yamada”, relatado pelo Deputado Olyntho Neto; e o Projeto de Lei número 1/2020, de autoria do Tribunal de Justiça, que “altera o inciso II do art. 3º da Lei nº 2.098, de 13 de julho de 2009, que dispõe sobre a contratação temporária de pessoal no serviço público do Poder Judiciário, e adota outras providências”, relatado pelo Deputado Elenil da Penha. O Senhor Presidente suspendeu a Reunião por dez minutos, sendo reaberta às quatorze horas e cinquenta minutos e, após, passou-se à Ordem do Dia e foram lidos os pareceres dos respectivos relatores. Os Processos números 28/2019, 495/2020 e o Projeto de Lei número 1/2020 foram aprovados e encaminhados ao Plenário, sendo que o Projeto de Lei número 1/2020 foi aprovado com voto contrário do Deputado Zé Roberto Lula. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Reunião e convocou Reunião Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que será assinada e publicada.

Atos Administrativos

PORTARIA Nº 289/2020-DG

O **Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições legais, em consonância com o disposto no art. 101, IX, da Resolução nº 343, de 8 de maio de 2019 e,

Considerando o disposto no Art. 86, da Lei nº 1818, de 23 de agosto de 2007, e na Portaria nº 001- P, de 13 de janeiro de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER as férias legais dos servidores abaixo relacionados:

| Matr. | Nome | Aquisitivo | Gozo | Tipo |
|-------|--------------------------------------|-------------------------|-------------------------|------------|
| 403 | ADALBERTO ARRUDA ALENCAR | 15/04/2019 à 14/04/2020 | 01/12/2020 à 30/12/2020 | Integral |
| 14639 | ADRIELLY PEREIRA ROCHA | 02/12/2019 à 01/12/2020 | 07/12/2020 à 05/01/2021 | Integral |
| 4492 | ALESSANDRA GOMES ARAUJO | 01/05/2019 à 30/04/2020 | 01/12/2020 à 30/12/2020 | Integral |
| 9145 | ALEXANDRE DE CARVALHO PINHEIRO | 01/02/2019 à 31/01/2020 | 01/12/2020 à 30/12/2020 | Integral |
| 10069 | ALTAIR FERREIRA SOUZA | 01/02/2019 à 31/01/2020 | 02/12/2020 à 31/12/2020 | Integral |
| 14431 | ALZIRO GOMES DE SOUZA NETO | 14/06/2019 à 13/06/2020 | 01/12/2020 à 30/12/2020 | Integral |
| 14610 | AMARIO FERREIRA DE SOUSA | 01/11/2019 à 31/10/2020 | 21/12/2020 à 19/01/2021 | Integral |
| 336 | ANA ALVES MARTINS | 01/10/2019 à 30/09/2020 | 09/12/2020 à 23/12/2020 | 1º Período |
| 14533 | ANA MARIA VIEIRA DA CONCEICAO | 30/08/2019 à 29/08/2020 | 12/12/2020 à 10/01/2021 | Integral |
| 6556 | ANTONIA VANUZIA ARAUJO CHAVES | 01/05/2017 à 30/04/2018 | 01/12/2020 à 30/12/2020 | Integral |
| 353 | ANTONIO BATISTA DOS ANJOS | 29/10/2019 à 28/10/2020 | 15/12/2020 à 13/01/2021 | Integral |
| 14593 | ANTONIO CARLOS ALVES DA SILVA | 01/11/2019 à 31/10/2020 | 12/12/2020 à 10/01/2021 | Integral |
| 333 | ANTONIO FERREIRA FILHO | 12/08/2018 à 11/08/2019 | 07/12/2020 à 21/12/2020 | 2º Período |
| 14181 | ARISTOTELES LUSTOSA LIMA | 01/03/2019 à 29/02/2020 | 01/12/2020 à 30/12/2020 | Integral |
| 14637 | BEATRIZ MARTINS GARCIA | 02/12/2019 à 01/12/2020 | 07/12/2020 à 05/01/2021 | Integral |
| 13800 | CARLA LOUREIRO COUTINHO | 01/02/2019 à 31/01/2020 | 01/12/2020 à 30/12/2020 | Integral |
| 813 | CARLOS EUGENIO DA SILVA JUNIOR | 02/12/2017 à 01/12/2018 | 09/12/2020 à 23/12/2020 | 2º Período |
| 11205 | CECISMAR FERREIRA DE CARVALHO | 01/05/2019 à 30/04/2020 | 01/12/2020 à 30/12/2020 | Integral |
| 396 | CLAUDIA DOS SANTOS DOURADO GUIMARAES | 05/04/2019 à 04/04/2020 | 10/12/2020 à 24/12/2020 | 2º Período |
| 14418 | CLAUDIO ASSIS DE ALBUQUERQUE | 01/06/2019 à 31/05/2020 | 01/12/2020 à 30/12/2020 | Integral |
| 14269 | CLAYSLAN FERREIRA XAVIER | 01/03/2019 à 29/02/2020 | 14/12/2020 à 28/12/2020 | 1º Período |
| 11190 | DANIEL BATISTA COSTA | 17/08/2017 à 16/08/2018 | 14/12/2020 à 12/01/2021 | Integral |
| 12896 | DANIEL DA FONTOURA | 01/11/2018 à 31/10/2019 | 01/12/2020 à 30/12/2020 | Integral |
| 13698 | DEAN CARLOS BORGES MONTEIRO | 01/02/2019 à 31/01/2020 | 01/12/2020 à 30/12/2020 | Integral |
| 363 | DURVAL RIBEIRO COSTA | 08/12/2019 à 07/12/2020 | 26/12/2020 à 09/01/2021 | 1º Período |
| 14300 | ELIZABETE GONCALVES DE LIMA | 01/05/2019 à 30/04/2020 | 01/12/2020 à 30/12/2020 | Integral |
| 786 | ELPIDIO FERREIRA LOPES | 01/12/2019 à 30/11/2020 | 01/12/2020 à 30/12/2020 | Integral |
| 13190 | EUZEBIO NOBRE DA SILVA | 01/05/2018 à 30/04/2019 | 01/12/2020 à 30/12/2020 | Integral |
| 4082 | IVALDO GONCALVES DA SILVA | 02/10/2019 à 01/10/2020 | 01/12/2020 à 30/12/2020 | Integral |
| 759 | EVANDRO RICARDO BARALDI JUNIOR | 03/03/2019 à 02/03/2020 | 07/12/2020 à 05/01/2021 | Integral |
| 21 | FATIMA MARIA DE MOURA | 01/02/2019 à 31/01/2020 | 01/12/2020 à 15/12/2020 | 1º Período |

| | | | | |
|-------|--|-------------------------|-------------------------|------------|
| 271 | FERNANDO CESAR LIMA DE PAULA | 20/07/2019 à 19/07/2020 | 07/12/2020 à 05/01/2021 | Integral |
| 14371 | FRANCISCO DE ASSIS ALVES SOUSA | 01/05/2019 à 30/04/2020 | 12/12/2020 à 10/01/2021 | Integral |
| 14225 | HELBA MARIA VASCONCELOS DE SOUSA | 04/02/2019 à 03/02/2020 | 01/12/2020 à 30/12/2020 | Integral |
| 230 | HELIO FEITOSA DE OLIVEIRA | 01/08/2019 à 31/07/2020 | 21/12/2020 à 19/01/2021 | Integral |
| 13663 | HISLEY MORAIS DA SILVA | 05/02/2019 à 04/02/2020 | 21/12/2020 à 19/01/2021 | Integral |
| 14616 | IONE BATISTA FRANCA | 19/11/2019 à 18/11/2020 | 01/12/2020 à 30/12/2020 | Integral |
| 14423 | IRANETE ALVES DA SILVA | 01/06/2019 à 31/05/2020 | 01/12/2020 à 30/12/2020 | Integral |
| 10947 | IVANEIS DA SILVA NOGUEIRA | 01/05/2017 à 30/04/2018 | 01/12/2020 à 15/12/2020 | 1º Período |
| 14642 | JANICLEIA FERREIRA SILVA | 01/12/2019 à 30/11/2020 | 01/12/2020 à 30/12/2020 | Integral |
| 232 | JANUARIO SOUSA LIMA FILHO | 21/08/2018 à 20/08/2019 | 01/12/2020 à 15/12/2020 | 1º Período |
| 13829 | JESSICA SILVA BONFIM | 01/02/2019 à 31/01/2020 | 01/12/2020 à 30/12/2020 | Integral |
| 13743 | JOCILENE GOMES DA SILVA BRITO | 01/02/2019 à 31/01/2020 | 01/12/2020 à 30/12/2020 | Integral |
| 798 | JONAS RODRIGUES NEPOMUCENO | 06/07/2019 à 05/07/2020 | 17/12/2020 à 31/12/2020 | 2º Período |
| 14514 | JORDANIA CAROLINE DA SILVA DE MORAIS PEREIRA | 01/08/2019 à 31/07/2020 | 01/12/2020 à 30/12/2020 | Integral |
| 11611 | JOSE MARIA MORAIS FONSECA | 01/02/2018 à 31/01/2019 | 01/12/2020 à 30/12/2020 | Integral |
| 315 | JOSE MARTINS JORGE | 08/07/2019 à 07/07/2020 | 02/12/2020 à 31/12/2020 | Integral |
| 13314 | JOSE NOGUEIRA DE SOUSA JUNIOR | 09/07/2018 à 08/07/2019 | 01/12/2020 à 30/12/2020 | Integral |
| 13501 | JOSIMAR OLIVEIRA LEITE | 01/09/2019 à 31/08/2020 | 01/12/2020 à 30/12/2020 | Integral |
| 245 | JOSINO FILHO COSTA VALENTE | 01/11/2017 à 31/10/2018 | 01/12/2020 à 30/12/2020 | Integral |
| 13042 | KATIELLY ANDRADE DE SOUSA | 01/02/2019 à 31/01/2020 | 01/12/2020 à 30/12/2020 | Integral |
| 10118 | KERLY HELY LIMA CHAVES UCHOA | 01/03/2018 à 28/02/2019 | 01/12/2020 à 30/12/2020 | Integral |
| 14521 | KLEICTANIA AUGUSTINHO DA SILVA MESQUITA | 02/09/2019 à 01/09/2020 | 01/12/2020 à 30/12/2020 | Integral |
| 14544 | LANNARA DA SILVA SANTOS | 02/09/2019 à 01/09/2020 | 01/12/2020 à 30/12/2020 | Integral |
| 14634 | LEIDIANE DIAS GALDINO SARAIVA | 01/12/2019 à 30/11/2020 | 07/12/2020 à 05/01/2021 | Integral |
| 762 | LENICE ROCHA DE ALBUQUERQUE | 02/03/2019 à 01/03/2020 | 07/12/2020 à 05/01/2021 | Integral |
| 14155 | LEONARDO DE AZEVEDO MOREIRA LEAL | 01/03/2019 à 29/02/2020 | 01/12/2020 à 30/12/2020 | Integral |
| 14264 | LETICIA PEREIRA DA FONSECA | 08/04/2019 à 07/04/2020 | 01/12/2020 à 30/12/2020 | Integral |
| 11250 | LILYENE BESSA DA CRUZ | 01/01/2019 à 31/12/2019 | 01/12/2020 à 30/12/2020 | Integral |
| 11494 | LUCAS DE SOUSA OLIVEIRA | 05/02/2019 à 04/02/2020 | 04/12/2020 à 18/12/2020 | 2º Período |
| 14193 | LYLIAN DE BARROS SILVA | 01/02/2019 à 31/01/2020 | 01/12/2020 à 30/12/2020 | Integral |
| 172 | MAGNA FERREIRA XAVIER | 01/12/2018 à 30/11/2019 | 01/12/2020 à 15/12/2020 | 2º Período |
| 14463 | MARCILON ALVES DE MOURA | 01/07/2019 à 30/06/2020 | 01/12/2020 à 30/12/2020 | Integral |
| 266 | MARCUS VINICIUS RESIO DO CARMO | 10/07/2019 à 09/07/2020 | 09/12/2020 à 23/12/2020 | 2º Período |

| | | | | |
|-------|--|-------------------------|-------------------------|------------|
| 193 | MARIA AURENICE DE MENEZES | 12/04/2016 à 11/04/2017 | 06/12/2020 à 04/01/2021 | Integral |
| 8471 | MARIA ERLI DE CARVALHO | 05/02/2019 à 04/02/2020 | 02/12/2020 à 31/12/2020 | Integral |
| 13938 | MARIA JOSE BORGES VIANA | 01/02/2019 à 31/01/2020 | 01/12/2020 à 30/12/2020 | Integral |
| 14620 | MARIA NEUMA FERREIRA NUNES | 01/12/2019 à 30/11/2020 | 01/12/2020 à 30/12/2020 | Integral |
| 338 | MARIA TEREZINHA DA SILVA SOUZA | 30/07/2018 à 29/07/2019 | 16/12/2020 à 30/12/2020 | 2º Período |
| 14303 | MARIANGELA OLIVEIRA FERREIRA | 02/05/2019 à 01/05/2020 | 01/12/2020 à 30/12/2020 | Integral |
| 795 | MARILIA RODRIGUES DE CARVALHO RODART QUEIROZ | 21/05/2017 à 20/05/2018 | 01/12/2020 à 30/12/2020 | Integral |
| 486 | MARISA APARECIDA FRANCISCO FRANCO | 02/04/2019 à 01/04/2020 | 01/12/2020 à 30/12/2020 | Integral |
| 11163 | MARISTELA ALVES SOARES SEVERINO | 19/01/2017 à 18/01/2018 | 01/12/2020 à 30/12/2020 | Integral |
| 9267 | MARKUS DAMIAO MENDES CASTRO SILVA | 01/02/2019 à 31/01/2020 | 01/12/2020 à 30/12/2020 | Integral |
| 10991 | MARLENE MARRA DA SILVA | 01/01/2018 à 31/12/2018 | 01/12/2020 à 30/12/2020 | Integral |
| 14109 | MATHEUS TORRES COELHO | 01/02/2019 à 31/01/2020 | 01/12/2020 à 30/12/2020 | Integral |
| 14186 | NIVIA MARIA PEREIRA OLIVEIRA FERREIRA | 01/03/2019 à 29/02/2020 | 01/12/2020 à 30/12/2020 | Integral |
| 7975 | OLGA DE OLIVEIRA SOUZA | 01/08/2019 à 31/07/2020 | 01/12/2020 à 30/12/2020 | Integral |
| 11170 | OLINDINA RODRIGUES DA SILVA | 01/01/2019 à 31/12/2019 | 01/12/2020 à 30/12/2020 | Integral |
| 817 | PATRICIA MARIA SILVA DE ASSIS DO NASCIMENTO SANTOS | 11/12/2019 à 10/12/2020 | 28/12/2020 à 06/01/2021 | 1º Período |
| 14467 | PATRYCIA LYANDRA DOS SANTOS COSTA | 26/06/2019 à 25/06/2020 | 01/12/2020 à 30/12/2020 | Integral |
| 796 | PAULA CRISTINA PARREAO LUZ MORAIS | 24/05/2018 à 23/05/2019 | 07/12/2020 à 21/12/2020 | Integral |
| 55 | PAULO ANDRADE DA COSTA | 01/01/2019 à 31/12/2019 | 21/12/2020 à 19/01/2021 | Integral |
| 14376 | PAULO AUGUSTO GOMES GOULART | 17/05/2019 à 16/05/2020 | 01/12/2020 à 30/12/2020 | Integral |
| 738 | PAULO CESAR DORIA DE ALMEIDA JUNIOR | 06/02/2019 à 05/02/2020 | 16/12/2020 à 30/12/2020 | Integral |
| 138 | PEDRO PAULO FERREIRA | 01/03/2019 à 29/02/2020 | 02/12/2020 à 31/12/2020 | Integral |
| 10620 | RAIMARA LEAL TEIXEIRA MONTEIRO | 01/02/2018 à 31/01/2019 | 01/12/2020 à 30/12/2020 | Integral |
| 739 | RAPHAEL ARAUJO E SILVA | 08/02/2019 à 07/02/2020 | 01/12/2020 à 15/12/2020 | 2º Período |
| 807 | RAPHAEL GOMES LOBAO DA SILVA | 31/08/2018 à 30/08/2019 | 31/12/2020 à 14/01/2021 | 1º Período |
| 14475 | RAYLANE RODRIGUES DA SILVA | 01/07/2019 à 30/06/2020 | 01/12/2020 à 30/12/2020 | Integral |
| 14500 | RAYLANIA CRUZ DA SILVA | 01/08/2019 à 31/07/2020 | 07/12/2020 à 05/01/2021 | Integral |
| 14617 | SAMANTHA LUSTOZA MARQUES DE SOUZA | 06/05/2019 à 05/05/2020 | 02/12/2020 à 31/12/2020 | Integral |
| 14595 | SAMUEL CASTRO MAIOR | 01/11/2019 à 31/10/2020 | 01/12/2020 à 30/12/2020 | Integral |
| 305 | SEBASTIAO ANGELO | 08/07/2019 à 07/07/2020 | 02/12/2020 à 31/12/2020 | Integral |
| 14255 | SEBASTIAO MACHADO GOMES | 01/04/2019 à 31/03/2020 | 01/12/2020 à 30/12/2020 | Integral |
| 13734 | SERGIO ERNANI MOURA DE OLIVEIRA | 01/02/2019 à 31/01/2020 | 12/12/2020 à 10/01/2021 | Integral |

| | | | | |
|-------|--|-------------------------|-------------------------|----------|
| 289 | SHIRLEI DE AMORIM PROSPERO | 20/07/2018 à 19/07/2019 | 07/12/2020 à 21/12/2020 | Integral |
| 213 | SHIRLEY AIRES DE ALMEIDA | 01/05/2019 à 30/04/2020 | 21/12/2020 à 19/01/2021 | Integral |
| 6351 | SIMONE PEREIRA DE ALMEIDA QUEIROZ | 01/02/2019 à 31/01/2020 | 01/12/2020 à 30/12/2020 | Integral |
| 122 | SINVAL NEPONUCENO DO NASCIMENTO | 03/07/2018 à 02/07/2019 | 14/12/2020 à 28/12/2020 | Integral |
| 14374 | SUSANA ARAUJO BARROS RODRIGUES | 27/03/2016 à 26/03/2017 | 01/12/2020 à 30/12/2020 | Integral |
| 457 | SUZANA ALENCASTRO VEIGA | 06/06/2019 à 05/06/2020 | 02/12/2020 à 31/12/2020 | Integral |
| 14071 | TALLES SOARES NOVELLO | 01/02/2019 à 31/01/2020 | 01/12/2020 à 30/12/2020 | Integral |
| 14279 | THAIS SOARES LIMA | 01/04/2019 à 31/03/2020 | 01/12/2020 à 30/12/2020 | Integral |
| 14464 | TONY CARVALHO DE SOUSA | 01/07/2019 à 30/06/2020 | 01/12/2020 à 30/12/2020 | Integral |
| 9811 | VALDETE SOARES DE CASTRO GUSMAO | 02/12/2019 à 01/12/2020 | 02/12/2020 à 31/12/2020 | Integral |
| 12700 | VALDILENE DE SOUZA ALMEIDA DA FONTOURA | 26/06/2019 à 25/06/2020 | 01/12/2020 à 30/12/2020 | Integral |
| 8861 | WALBER GOMES WANDERLEY | 01/01/2019 à 31/12/2019 | 19/12/2020 à 17/01/2021 | Integral |
| 9056 | WANDERLEY JOSE DE SOUSA | 04/11/2019 à 03/11/2020 | 01/12/2020 à 30/12/2020 | Integral |
| 8465 | WHANDERSON ALVES ROCHA | 01/04/2019 à 31/03/2020 | 01/12/2020 à 30/12/2020 | Integral |
| 8312 | WILLIAM DE MATOS PEREIRA DA CRUZ | 01/12/2019 à 30/11/2020 | 01/12/2020 à 30/12/2020 | Integral |
| 68 | YEDA ALVES GOMES | 01/02/2019 à 31/01/2020 | 21/12/2020 à 19/01/2021 | Integral |
| 6822 | ZARIO DE CASTRO BRITO | 01/05/2017 à 30/04/2018 | 12/12/2020 à 10/01/2021 | Integral |
| 14006 | ZILMAR MARIA DOS SANTOS | 01/11/2019 à 31/10/2020 | 01/12/2020 à 30/12/2020 | Integral |

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Diretoria-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 23 dias do mês de novembro de 2020.

MANOEL DIAMANTINO DE SOUZA JUNIOR
Diretor-Geral

Diretoria Administrativa

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 0134/2019

Em cumprimento ao que preceitua o Art. 61, Parágrafo Único da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, a Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins torna pública a celebração do seguinte Instrumento de Termo de Contrato de nº 0134/2018.

TERMO DE CONTRATO: Nº 0134/2019.

PROCESSO: Nº 0210/2019.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins.

CONTRATADA: Vértice Construções e Incorporações Ltda - EPP CNPJ 40.432.544/0001-47.

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem como objeto prorrogar a vigência do Contrato nº 134/2019, por interesse da administração em continuar os serviços prestados, e repactuar os preços dos serviços com base na Convenção Coletiva de Trabalho de 2020/2021 de 12 de agosto de 2020 do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado do Tocantins – **Sinduscon/TO**, conforme previsto nas Cláusulas do Contrato original.

NOVO VALOR APÓS REPACTUAÇÃO: A partir do dia 11/10/2020, valor mensal passará para a importância de **R\$ 429.864,26** (Quatrocentos e vinte e nove mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e vinte e seis centavos) e o valor anual do contrato para **R\$ 5.158.368,68** (Cinco milhões, cento e cinquenta e oito mil e trezentos e sessenta e oito reais e sessenta e oito centavos). Sendo que para o exercício de 2020 o valor estimado será de **R\$ 1.146.304,52** (Um milhão, cento e quarenta e seis mil e trezentos e quatro reais e cinquenta e dois centavos), ficando o valor de **R\$ 4.012.064,16** (quatro milhões, doze mil, sessenta e quatro reais e dezesseis centavos) para o exercício de 2021.

VIGÊNCIA: A vigência prevista na Cláusula Decima Terceira do Contrato originário fica prorrogada por mais 12 (doze) meses, com início em 11/10/2020 e término em 10/10/2021, perfazendo, ao final da nova vigência, um total de 24 meses dos 60 meses previstos.

DATA DA ASSINATURA: Palmas/TO, 11 de novembro de 2020.

SIGNATÁRIOS: Deputado Antônio Andrade – Presidente AL/TO. Diego Teodoro Carvalho Alba Garcia – Representante da Empresa Vértice Construções e Incorporações Ltda - EPP

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 0135/2019

Em cumprimento ao que preceitua o Art. 61, Parágrafo Único da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, a Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins torna pública a celebração do seguinte Instrumento de Termo de Contrato de nº 024/2018.

TERMO DE CONTRATO: Nº 0135/2019.

PROCESSO: Nº 0183/2019.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins

CONTRATADA: Claro S/A CNPJ 40.432.544/0001-47.

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto alterar a Cláusula de Vigência do Contrato nº 0135/2019.

VALOR DO CONTRATO: O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela aquisição dos serviços, o valor total anual estimado de R\$ 700.416,00 (setecentos mil, quatrocentos e dezesseis reais), concomitante com a Cláusula Quarta do referido Contrato.

VIGÊNCIA: A vigência prevista na Cláusula Quinta do Contrato de nº 135/2019, fica prorrogada por mais 12 (doze) meses, com início em 16/10/2020 a 15/10/2021, perfazendo, ao final da nova vigência, um total de 24 meses dos 60 meses previstos.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Unidade Orçamentária: 010.000 - Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins; Programa de Trabalho: 031.1141.2183; Elemento da Despesa: 3.3.90.39. Outros Serviços de terceiros - Pessoa Jurídica.

DATA DA ASSINATURA: Palmas/TO, 11 de novembro de 2020.

SIGNATÁRIOS: Deputado Antonio Andrade – Presidente AL/TO. Melisanda Maris Ferreira da Silva Horta – Representante da Empresa Claro Ltda.

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 136/2019

Em cumprimento ao que preceitua o Art. 61, Parágrafo Único da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, a Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins torna pública a celebração do seguinte Instrumento de Termo de Contrato de nº 136/2019.

TERMO DE CONTRATO: Nº 136/2019.

PROCESSO: Nº 00215/2019.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins.

CONTRATADA: Monte Carlo Limpeza Eirelli – ME CNPJ 11.507.475/0001-95.

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto alterar a Cláusula de vigência do Contrato Originário.

VALOR DO CONTRATO: A partir do dia 16 de março de 2020, devido ao acréscimo dos novos postos, o valor mensal do contrato passou para a importância de R\$ 249.441,52 (duzentos e quarenta e nove mil, quatrocentos e quarenta e um reais e cinquenta e dois centavos) e o valor anual do contrato para R\$ 2.993.298,24 (Dois milhões, novecentos e noventa e três mil, duzentos e noventa e oito reais e vinte e quatro centavos), de acordo com a Cláusula Quarta do Contrato original, combinado com a Cláusula Quinta – NOVO VALOR APÓS REPACTUAÇÃO E ACRÉSCIMO DE POSTOS, constante no 1º Termo aditivo ao Contrato Nº 136/2019.

VIGÊNCIA: A vigência prevista na Cláusula Quinta do Contrato originário fica prorrogada por mais 12 (doze) meses, com início em 07/11/2020 a 06/11/2021, perfazendo, ao final da nova vigência, um total de 24 meses dos 60 meses previstos.

DATA DA ASSINATURA: Palmas/TO, 28 de outubro de 2019.

SIGNATÁRIOS: Deputado Antonio Andrade – Presidente AL/TO. Márcio Augusto de Oliveira – Monte Carlo Limpeza Eirelli – ME.

DEPUTADOS DA 9ª LEGISLATURA

Amália Santana (PT)

Amélio Cayres (SD)

Antonio Andrade (PTB)

Claudia Lelis (PV)

Cleiton Cardoso (PTC)

Eduardo do Dertins (Cidadania)

Eduardo Siqueira Campos (DEM)

Elenil da Penha (MDB)

Fabion Gomes (PR)

Issam Saado (PV)

Ivory de Lira (PCdoB)

Jair Farias (MDB)

Jorge Frederico (MDB)

Leo Barbosa (SD)

Luana Ribeiro (PSDB)

Nilton Franco (MDB)

Olyntho Neto (PSDB)

Professor Júnior Geo (PROS)

Ricardo Ayres (PSB)

Valdemar Júnior (MDB)

Valderez Castelo Branco (PP)

Vanda Monteiro (PSL)

Vilmar de Oliveira (SD)

Zé Roberto Lula (PT)